

CONCÍLIO VATICANO II: MEMÓRIAS DA CRISE DE VOCAÇÕES

Fabício Roberto Costa Oliveira*

Reinaldo Azevedo Schiavo**

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão sobre desdobramentos do Concílio Vaticano II na crise de vocações ao longo da década de 1960. Metodologicamente nos embasamos em relatos memoriais, um flerte com as lembranças de presbíteros católicos que experimentaram os ventos do *aggiornamento* conciliar e foram diretamente afetados pela crise. Nossa pesquisa indica que naquele contexto não só havia uma crise de novas vocações, mas também de enorme insegurança para os padres já estabelecidos. Assim, a memória dos agentes que viveram este contexto demonstra que foi um momento de enorme tensão e angústia pela incerteza quanto ao papel do padre na Igreja e na sociedade e receio pelo arrefecimento de novas vocações.

Palavras-chave: Igreja Católica; Concílio Vaticano II; Vocações.

Abstract: Vatican Council II: memories of vocational crisis. The purpose of this article is to present reflections about deployment of the Second Vatican Council in the vocation crisis of the 1960s. Methodologically we draw on memorial accounts, a flirtation with the memories of Catholic elders who experienced the winds of conciliar *aggiornamento* and were directly affected by the crisis. Our research indicates that in that context there was not only a crisis of new vocations, but also enormous insecurity for already established priests. Thus, the memory of the agents who lived in this context shows that it was a moment of enormous tension and anguish over the uncertainty about the priest's role in the Church and in society and fear for the cooling of new vocations.

Keywords: Catholic Church; Vatican Council II; Vocations.

INTRODUÇÃO

Na década de 1960, o catolicismo romano vivenciou, nos âmbitos eclesial e eclesiástico, um processo de muitas transformações, um tempo de *aggiornamento*. A Igreja Católica foi convocada em concílio pelo Papa João XXIII para repensar sua relação com o mundo e consigo mesma. Na avaliação do Sumo Pontífice era preciso um olhar atento à suas estruturas internas para renovar sua pastoral e trilhar novos caminhos; mas era também indispensável um olhar para fora, para o mundo moderno que parecia cada vez mais complexo e incerto quanto ao futuro da humanidade (ALBERIGO, 2006). No Brasil, as mudanças conciliares colocaram em pauta um novo planejamento pastoral no intuito de reorganizar as bases institucionais da Igreja, colocando-a em sintonia com as orientações

* Doutor em Sociologia pelo CPDA – UFRRJ. Professor do Departamento de Ciências Humanas da UEMG, unidade Barbacena.

** Doutor em Sociologia pelo IUPERJ – UCAM. Professor do Departamento de Ciências Humanas da UEMG, unidade Barbacena.

do Concílio Vaticano II (1962-65). Igrejas particulares e institutos religiosos procuraram se adequar às novas diretrizes pastorais, algo perpassado por dúvidas, tensões e crises.

Passados mais de 50 anos da realização do Concílio, muita coisa mudou *intra* e *extra* Igreja Católica, deixando marcas na memória dessa instituição. Nesse sentido, esse artigo pretende abordar algumas tonalidades da memória social sobre os momentos de crises concomitantes ao Concílio, com foco mais específico à chamada “crise de vocações”, acentuada na década de 1960 e, de alguma forma, presente até os dias de hoje no catolicismo. Inicialmente propomos uma reflexão sobre o Vaticano II, o contexto sócio-histórico em que foi realizado e seus desdobramentos, no intuito de perceber suas consequências para a referida crise de vocações. Posteriormente, apresentaremos alguns relatos memoriais, um flerte com as lembranças de presbíteros católicos que experimentaram os ventos do *aggiornamento* conciliar e foram diretamente afetados pela crise.

O CONCÍLIO VATICANO II E A DÉCADA DE 1960

Na história da Igreja Católica nos últimos cem anos, o Concílio Vaticano II é possivelmente o evento de maior amplitude, representando, de certa forma, um novo *tempo* do catolicismo. Trata-se de um acontecimento que reuniu o mais alto escalão da hierarquia católica em suas quatro sessões, mas o Vaticano II enquanto *evento histórico* é muito mais amplo do que as reuniões em Roma, sua universalidade e duração envolvem uma soma de ideias, iniciativas e acontecimentos que abarcam um espaço temporal maior, renovando, em alguma medida, o modo de fazer, de organizar ou de entender a realidade. Assim como o Concílio de Trento (1545-1563) inaugurou uma nova fase do catolicismo, com a alcunha de *Igreja Tridentina* e com uma dimensão temporal que extrapola os limites do século XVI, o Concílio Vaticano II também representa um novo momento histórico, com uma “duração organizacional” que vai além das sessões conciliares, com uma abrangência temporal, e histórica, muito maior, pois está relacionada com a leva de “eventos singulares” que o sucedem, como, por exemplo, os Planos de Pastoral da CNBB, a Conferência Episcopal de Medellín, a formação e proliferação das Comunidades Eclesiais de Base e o surgimento da Teologia da Libertação. Cada evento singular tem

sua dinâmica própria, sua especificidade, mas está imbricado ao evento histórico que possibilitou seu surgimento, seja reinterpretando-o, modificando-o, atualizando-o, ampliando ou reduzindo seus limites.

Todavia, é importante frisar que as transformações vivenciadas pelo catolicismo na década de sessenta e anos posteriores não se processaram unicamente por questões internas à Igreja. A elaboração e execução do Concílio Vaticano II, bem como todos os esforços para implementar as novas orientações conciliares, foram, em grande medida, condicionados e influenciados por questões de ordem social, política, econômica e cultural do mundo moderno. A ordem social, por exemplo, esteve altamente questionada pelo que se convencionou chamar de “movimentos de contracultura”, normalmente desencadeados por organizações juvenis com forte teor de contestação ao *establishment*. Com diferentes formatos em vários países do mundo, esses movimentos encontraram na música *folk* e no *rock'n roll* uma potente amplificação para os diversos protestos marcados pela ousadia, irreverência e militância.

Segundo Martteo Guarnaccia (2004, p. 13), “o primeiro lugar em que a mistura entre poesia, drogas e música pop conseguiu dar vida a um movimento contracultural gigante” foi Amsterdã, capital de uma Holanda considerada, na década de 1960, como uma “ilha de bem-estar e tranquilidade”, sem guerras, segregação racial e conflitos sociais exacerbados. Num local onde aparentemente não havia nenhum motivo concreto para protestar contra a ordem estabelecida, surgiu um movimento de inspirações anarquistas chamado *Provos*, com o objetivo de contestar “a própria existência da ordem constituída” (*ibidem*, p. 15). Em sua carta de apresentação, os integrantes desse movimento se alto denominam como “alguma coisa contra o capitalismo, o comunismo, o fascismo, a burocracia, o militarismo, o profissionalismo, o dogmatismo e o autoritarismo”¹.

As atitudes dos *Provos* tiveram, em certa medida, grande influência da *Internacional Situacionista*², uma agremiação supranacional de intelectuais, filósofos, cineastas, arquitetos, artistas e ativistas-políticos que surgiu na Europa no final da década de 1950 como uma verdadeira difusora de concepções adversas ao sistema capitalista, à “sociedade do automóvel”³, à vida cotidiana, ao modernismo e, enfim, à “sociedade do

¹ Carta de apresentação dos *Provos* datada de junho de 1965. *Apud* GUARNACCIA, *op cit.*, p. 15.

² Sobre a *Internacional Situacionista* ver: JACQUES, 2003.

³ *Sociedade do Automóvel* foi uma expressão muito utilizada pelos *situacionistas* para descrever e criticar a lógica de urbanização que condicionava os planejamentos urbanos – e a vida das pessoas – ao avanço

espetáculo”⁴. Liderados pelo francês Guy-Ernest Debord, os *situacionistas* tornaram-se um movimento de grande expressão nos anos sessenta, pontuando questões ligadas à arte, urbanismo e política, sobretudo incentivando movimentos revolucionários, “culminando na determinante e ativa participação situacionista nos eventos de Maio de 1968 em Paris” (JACQUES, 2003, p. 15).

Entre os movimentos de contracultura da década de 1960, o *Maio de 68* na França e o *movimento hippie* nos Estados Unidos foram, talvez, aqueles que mais se popularizaram e influenciaram em outros países movimentos de protestos contra o *establishment*. O primeiro iniciou-se no meio estudantil francês e rapidamente se espalhou entre a classe operária, gerando greves e insurreições contra o governo de Charles de Gaulle. O segundo nasceu no seio de uma sociedade norte-americana cada vez mais insatisfeita com os desastrosos resultados da Guerra do Vietnã. O jargão “sexo, drogas e rock’n roll” tornou-se um slogan desse movimento contracultural que alcançou grande destaque midiático e conquistou simpatizantes em grande parte do mundo ocidental⁵.

Esse cenário de contestações e protestos está intimamente ligado à conjuntura política internacional marcada pela bipolarização do mundo, protagonizada pelos Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e a consequente *guerra fria* entre os capitalistas norte-americanos e os comunistas soviéticos que disputavam a hegemonia do globo, fazendo com que gerações inteiras vivessem “à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade” (HOBSBAWM, 1995, p. 224). É certo que os beligerantes EUA e URSS não chegaram a um confronto direto, mas suas disputas política, econômica e ideológica, aliada a uma desenfreada “corrida armamentista”, promoveram conflitos indiretos entre essas duas potências, como a Guerra da Coreia (1950-1953) e a Guerra do Vietnã (1962-1975), além de situações delicadas e,

progressivo do uso do automóvel e ao arbítrio da lógica industrial. Um modelo de sociedade definida pelos situacionistas como de “consumidores hidrocarburodependentes, mimados pelos traficantes de petróleo: as companhias petrolíferas, que criam e moldam governos, estilos de vida, espaços urbanos e paisagens geográficas conforme suas necessidades” (JACQUES, *op cit.*, p. 13).

⁴ A *Sociedade do Espetáculo* é o título da principal obra de Guy Debord que tece uma feroz crítica à sociedade capitalista que, conforme o autor, transforma a dura realidade da vida real em uma “imensa acumulação de espetáculos” que imergem os indivíduos numa lógica de consumo e de aparências. De caráter subversivo, esse livro provoca os leitores a agir contra qualquer forma de controle do sistema, e foi considerado um grande estimulador das manifestações de ‘maio de 68’ (DEBORD, 1997).

⁵ Sobre o Maio de 68 na França e o Movimento Hippie nos EUA, ver: KURLANSKY, 2005.

porque não dizer, deploráveis como a construção do Muro de Berlim (1961) e a Crise dos Mísseis em Cuba (1962).

Nesse conturbado contexto histórico, a Igreja Católica Romana se encontrava diante de um grande desafio: se adaptar à era moderna. De um lado o comunismo ateu, inimigo declarado antes mesmo das guerras mundiais; do outro um capitalismo cada vez mais contestado por sua ineficiência em sanar as injustiças sociais que afetava sociedades inteiras, principalmente nos países subdesenvolvidos. Como se não bastasse, questões como o avanço tecnológico, novas formas de divisão do trabalho e a aparente “secularização” do mundo moderno foram combinações que “convidaram a Igreja a tomar consciência de que se encontrava diante de um mundo novo, perante o qual devia representar os valores da igualdade universal, da pobreza, da justiça, da paz e da unidade cristã” (ALBERIGO, 2006, p. 189), mas para isso era “necessário que enfrentasse uma renovação de grande profundidade” (*Ibidem.* p. 187).

É importante dizer que a teoria da secularização, ou desencantamento do mundo, não se confirmou na prática. Embora tenha sido defendida por importantes sociólogos – como Max Weber (2002) e Peter Berger (1987) –, o mundo moderno não se secularizou como pensaram, não houve um refluxo pleno da religião, ela não desapareceu e, menos ainda, não existe nenhuma evidência histórica de que isso possa vir a acontecer.

Com toda sua pluralidade ideológica, política, social e cultural, o mundo moderno potencializou não o declínio e desaparecimento da religião, mas o prosperar de novas formas de religião que não se esgotam nas igrejas e sobrevivem fora dos domínios eclesiásticos. Mais do que isso, parece se confirmar a tese de Ernst Troeltsch de que “a história espiritual e religiosa dos últimos séculos deu origem a uma cultura religiosa que, mais cedo ou mais tarde, tende a repudiar o autoritarismo eclesiástico” (MATA, 2008, p. 242). Ao invés de “uma oposição especial à religião e às coisas religiosas”, o que Troeltsch detectou foi “uma recusa específica do modelo eclesiástico e uma aversão à forma da Igreja e aos pressupostos da Igreja” (TROELTSCH *apud* MATA, 2008, p. 246).

Uma dura realidade para a Igreja de Roma que, diante desse quadro, aspirava por mudanças pastorais, litúrgicas e eclesiológicas que a colocasse em sintonia com os “novos tempos”. Giacomo Martina (1997) considera que tais aspirações se intensificaram no período posterior à Segunda Guerra Mundial e só se efetivaram com a realização do Concílio Vaticano II (1962-65), que “assinalou não só o fim de uma época, mas

possivelmente, do ponto de vista conciliar, o primeiro ato de nova fase, em que o binômio espiritual/temporal tem novo equacionamento” (SOUZA, 2004, p. 244).

O Vaticano II foi convocado em 1959 pelo papa João XXIII para ser um acontecimento de “transição de época” – conforme afirmou Giuseppe Alberigo (2006) – que introduzisse a Igreja numa fase nova de seu caminho. Na Encíclica *Ad Petri Cathedram*, de 29 junho de 1959, escreveu o Sumo Pontífice que “os sagrados pastores do orbe católico” estavam sendo convocados para “tratarem dos graves problemas da religião, principalmente para se conseguirem o incremento da fé católica e a saudável renovação dos costumes no povo cristão e para a disciplina eclesiástica se adaptar melhor às necessidades dos nossos tempos”⁶.

Aos “padres conciliares” foi dada a missão de repensarem não somente questões internas da Igreja (*ad intra*), mas também sua relação com o mundo exterior (*ad extra*). Decerto, o Concílio abordou muitos aspectos do catolicismo romano, desde tradições e sacramentos à liturgia e pastoral, inserindo na pauta da Igreja Católica os problemas sociais, políticos, econômicos e culturais do mundo moderno, seguindo, de certa forma, as orientações de João XXIII no discurso de abertura do Vaticano II:

É nosso dever não só conservar este tesouro precioso [tradição e dogmas da Igreja], como se nos preocupássemos unicamente da antiguidade, mas também dedicar-nos com vontade pronta e sem temor às obras que nossa época exige, prosseguindo assim o caminho que a Igreja percorre há vinte séculos⁷.

Muitas mudanças aconteceram em decorrência do Vaticano II. O ecumenismo e o diálogo com outras religiões tornaram-se mais aflorados, assim como se acentuou a responsabilidade de bispos e padres para com os problemas “mundanos” de seus fiéis (BEOZZO, 1993, p. 07). Introduziu-se a noção de Igreja como *povo de Deus*, e os leigos ganharam mais autonomia nos assuntos da *ecclesia*. Na liturgia, o antigo missal publicado por Pio V, quatro séculos antes, foi substituído por um novo livro litúrgico trazendo renovações nas diversas partes da missa católica (MARTINA, 1997, p. 335), que deixou de ser realizada exclusivamente nos templos sagrados, podendo acontecer desde salões de reuniões até em campo aberto, conforme a necessidade de localidade ou data religiosa.

⁶ Papa João XXIII. Encíclica *Ad Petri Cathedram*, de 29 junho de 1959. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_29061959_ad-petri.html> acessado em 28/08/2019.

⁷ Discurso de Sua Santidade Papa João XXIII na Abertura Solene do SS. Concílio. Disponível em: <<http://www.vatican.va/content/john-xxiii/en/speeches/1962.index.html>> acessado em 28/08/2019.

Foi permitido o uso de língua vernácula nas celebrações eucarísticas e matrimoniais, em orações e cânticos, nas administrações de sacramentos e demais atos litúrgicos até então realizados somente em latim, língua oficial da Igreja. O calendário foi renovado “dividindo com mais clareza o ano litúrgico, deslocando corajosamente algumas festas, eliminando alguns santos pouco conhecidos ou discutidos, e introduzindo o culto de outros, mais representativos da universalidade da Igreja” (*Ibidem*, p. 336).

Contudo, para que as mudanças preconizadas pelo Concílio pudessem ser efetivadas foi necessário um planejamento pastoral que adaptasse as Igrejas locais às novas orientações. Na América Latina, a tentativa de traduzir o Vaticano II para a realidade desse continente tem como referência a Conferência Episcopal de Medellín (1968), quando uma parcela significativa da Igreja latino-americana definiu sua “opção preferencial pelos pobres”, adotando a nascente Teologia da Libertação como referencial teológico para sua atuação pastoral. Para Oscar Beozzo:

a verdadeira raiz espiritual de Medellín, sua fecundidade e perenidade, reside no fato de que, pela primeira vez na história da América Latina, a Igreja aqui presente tomou a palavra em plenitude, uma palavra inspirada profética, gesto decisivo para quem sempre escutou a palavra que lhe era dirigida ou imposta de fora. E tomou a palavra através de um auscultar paciente, humilde e dinâmico da realidade do povo latino-americano (BEOZZO, 1993, p. 120).

Essa “realidade” a que Oscar Beozzo se refere tem a ver, dentre outras coisas, com o subdesenvolvimento da América Latina e os reflexos da *guerra fria* nos anos sessenta. A revolução cubana de 1959, liderada por Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, intensificou a “ameaça vermelha” em todo continente, deixando em alerta o bloco capitalista liderado pelos norte-americanos. Ao mesmo tempo em que serviu de inspiração para a esquerda revolucionária da América, despertou a atenção daqueles que entendiam o comunismo como mal a ser combatido, gerando inquietude tanto nas elites nacionais quanto nas forças armadas de vários países, além de boa parte da hierarquia eclesiástica Católica. “O exemplo de Fidel inspirou os intelectuais militantes em toda parte da América Latina”, e Cuba “passou a estimular a insurreição continental, exortada por Ernesto Che Guevara, o defensor da revolução latino-americana” (HOBBSAWM, 1995, p 427-428).

Essa ameaça comunista serviu de alibi para os vários golpes militares ocorridos no continente americano que alastraram-se pelas décadas subsequentes à de 1960, atingindo países como Chile, Argentina, Uruguai e Brasil. Nesse último, as Forças Armadas – com

considerável apoio da sociedade civil⁸ – tomaram o poder em 1964 sob o argumento de estarem defendendo a pátria do “inimigo externo” (D’ARAÚJO; CASTRO; SOARES, 1994) que adentrava-se no país através dos herdeiros políticos de Getúlio Vargas, que se deslocavam para a esquerda e ofereciam democratização, reforma agrária e ceticismo em relação à política norte americana (HOBSBAWM, 1995, p 429).

Uma vez no poder, os militares implementaram a chamada Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que tornou-se um importante instrumento de consolidação de uma estrutura estatal destinada a facilitar o desenvolvimento capitalista. Em nome do anticomunismo, esta doutrina intensificou a segurança interna através de uma implacável série de perseguições aos opositores do regime, com prisões arbitrárias, torturas e supressão da liberdade de expressão⁹.

Se o *aggiornamento* proposto pelo Vaticano II significou um processo de mudanças no seio do catolicismo, é fato que elas aconteceram num contexto – nacional e internacional - marcado por muitas tensões e incertezas. Um campo propício para o desencadear de crises diversas, como a que afligiu as vocações na Igreja Católica.

MEMÓRIAS DA CRISE DE VOCAÇÕES

A crise que sucedeu os anos conciliares foi um fenômeno geral que afetou tanto o clero regular quanto o secular da Igreja de Roma, abalando as vocações sacerdotais de um modo geral. O abandono do sacerdócio nas décadas de 60 e 70 alcançou proporções sem precedentes na história do catolicismo. Entre os anos de 1939 e 1963, que correspondem aos pontificados de Pio XII e João XXIII, a Santa Sé concedeu 563 dispensas do sacerdócio, o que corresponde a uma média pouco superior a 20 por ano. Entre 1964 e 1970 esse número sobe para 13.139, alcançando a exorbitante média de 1877 por ano (MARTINA, 1997. p. 356). Na data de encerramento do Concílio, em 1965, havia em todo o mundo quase 315 mil religiosos de vida consagrada, em meados dos anos oitenta

⁸ Sobre o apoio da sociedade civil aos militares no golpe de 1964 ver: AARÃO REIS FILHO, 2005; CORDEIRO, 2009.

⁹ Sobre a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, ver: ALVES, 2005.

esse número encontrava-se reduzido a pouco mais de 200 mil; e entre as religiosas, no mesmo período, a redução foi de aproximadamente 25% das vocações (*Ibidem*, p. 341).

A Igreja Católica, sobretudo a partir da Segunda Guerra mundial, não conseguia atender à demanda de leigos em função dessa crescente limitação quanto à presença de sacerdotes. No Brasil, por exemplo, Casanova (1994) mostra que, em meados dos anos de 1960, havia uma população de 80 milhões de habitantes, sendo 93% nomeadamente católica. Para cuidar desse “rebanho”, existiam apenas 250 bispos e 12500 padres (40% estrangeiros) e em torno de 4600 paróquias.

Os motivos de tamanha defecção no clero católico, na avaliação de Giacomo Martina, não teve nenhuma ligação direta com o Concílio, ao contrário foram consequências de fenômenos que abrangem toda a sociedade moderna, variando entre questões de ordem afetivas, perdas de valores fundamentais ao sacerdócio, esvaziamento espiritual, secularização, frustrações intelectuais ou disciplinares, contestação e rejeição à Igreja-instituição, ou mesmo discordância das regras e normas sacerdotais e/ou institucionais (*Ibidem*, p. 326). Nessa interpretação, a crise teria acontecido concomitante ao Concílio, mas não como efeito das renovações conciliares, como também atestou Dom Lélis Lara, redentorista e bispo emérito da Diocese de Itabira-MG:

qualquer mudança profunda gera crise, mas a gente deve dizer que a crise não foi provocada pelo Concílio, a crise aconteceu junto com o concílio. O concílio veio estabelecer uma nova caminhada para a Igreja, abrir as janelas e as portas da Igreja, escancará-la para o mundo. Não é que o concílio tenha provocado isso. Interpretaram mal o Concílio Vaticano II, em muitas coisas. A crise foi um fenômeno daquele período. As pessoas não estavam preparadas para viver nesse novo tempo¹⁰.

De fato, é pertinente dizer que a crise não foi provocada pelo Vaticano II, mas não podemos isentá-lo totalmente. Esse fenômeno que atingiu o catolicismo pós-conciliar tem raízes em problemas próprios da dimensão secular da sociedade novecentista dos quais o clero não estava imune, e “quando a Igreja abandonou a era tridentina e se lançou de cabeça na modernidade, o clero e os seminários foram arrastados para um turbilhão” (SERBIN, 2008, p. 156), ficando mais vulneráveis aos conflitos sociais e existenciais daquele contexto. Além disso, as transformações conciliares também promoveram uma “mudança profunda de perspectivas no ministério presbiteral”, o que gerou um “período

¹⁰ LARA, Dom Lelis. Entrevista concedida a Reinaldo Azevedo Schiavo. Coronel Fabriciano-MG, 16 de dezembro de 2009. Arquivo Digital (38 min.).

de alteração da imagem e do papel dos presbíteros, com consequentes reflexos de incerteza para as pessoas, especialmente os próprios padres e os seminaristas”¹¹. Para Augustin Wernet, muitos alimentaram a esperança de que o *aggiornamento* apresentasse “soluções efetivas para todos os problemas religiosos, eclesiais e pastorais do mundo moderno” (WERNET, 1997, p. 40). Esperava-se um ‘milagre’ que não aconteceu:

com o tempo, decepções cederam lugar às expectativas e certo desespero seguiu-se às esperanças; decepção e insegurança daqueles que se apegavam demasiadamente às tradições; decepção e frustração daqueles que apostavam demais nas inovações; desespero dos que esperavam o ‘milagre’ (*idem*).

Entremeio à *tradição* a ser preservada e às *inovações* a serem assimiladas instaurou-se um espaço de embates que colocou em disputa o perfil da vida sacerdotal a ser constituída e o processo de formação das novas vocações. Sob forte influência do Concílio Vaticano II, costumes e práticas religiosas, bem como toda uma vivência eclesial, entraram em processo de mudança, e os religiosos mais adeptos às inovações se dedicaram com “certa predisposição” a esse processo (WERNET, 1997, p. 225). Por outro lado, aqueles mais *tradicionalistas*, geralmente receosos ou mesmo resistentes, “entendiam talvez intelectualmente as propostas inovadoras, mas tinham dificuldades de assimilá-las inteira e existencialmente” (*Ibidem*). Alterar hábitos e costumes centenários é um processo árduo, ainda mais quando questões consideradas por muito tempo imutáveis e inabaláveis começam a se transformar: a rigidez da vida conventual tornou-se mais flexível; o uso indispensável da batina foi, aos poucos, substituído pelo clergyman e trajes civis; os instrumentos e práticas de penitência e mortificação caíram em desuso; até mesmo a introdução de ‘música profana’ no repertório das celebrações, tudo isso era, em alguma medida, causa de estranheza e conflitos. Nas lembranças de Dom Lélis Lara:

as gerações de religiosos e eclesialistas anteriores ao segundo Concílio Vaticano não receberam formação adequada aos novos tempos. Muitas vezes essa formação era condicionada pelas estruturas da vida clerical e religiosa. Essas estruturas ruíram. Acresce que o que era estático se abalou, muitos valores considerados absolutos se relativizaram e, então, numerosos sacerdotes e religiosas não tiveram condições ou oportunidade de passar por uma reciclagem que os adequasse às novas modalidades de vida eclesial e religiosa (LARA, 1995, P. 36).

¹¹ CNBB. *Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja: 1975-1978*. p. 05. Disponível em <<http://www.cnbb.org.br/site/component/docman>>, acessado em 17/08/2019.

O Concílio Vaticano II buscava enfatizar a importância do leigo dentro da Igreja. Para Fasutino Teixeira, a valorização do leigo era um dos elementos mais fundamentais desse Concílio:

pode-se dizer que a valorização do leigo talvez seja um dos elementos mais importantes propiciados pelo movimento de renovação teológica da eclesiologia e legitimado pelo Concílio II. Este último opera de fato um grande desbloqueio, favorecendo uma nova compreensão da Igreja, menos triunfalista e mais dinâmica: Igreja Povo de Deus. Grande parte das experiências das CEBs iniciaram-se a partir do impulso proporcionado pelo Vaticano II (TEIXEIRA, 1988: 235).

Isso aparece na Constituição Dogmática, elaborada pelo Concílio, intitulada *Lumen Gentium*, que destaca a importância da valorização dos leigos:

Por seu lado, os sagrados pastores devem reconhecer e fomentar a dignidade e responsabilidade dos leigos na Igreja; recorram espontaneamente ao seu conselho prudente, entreguem-lhes confiadamente cargos em serviço da Igreja e dêem-lhes margem e liberdade de acção, animando-os até a tomarem a iniciativa de empreendimentos. Considerem atentamente e com amor paterno, em Cristo, as iniciativas, pedidos e desejos propostos pelos leigos (118). E reconheçam a justa liberdade que a todos compete na cidade terrestre¹².

O novo posicionamento católico propiciava, pelo menos em tese, uma aproximação entre dois grupos distintos no campo religioso católico, quais sejam: o clero, detentor de *domínio erudito* de um conjunto de normas e conhecimentos explícitos sistematizados por especialistas pertencentes a uma instituição responsável por reproduzir o capital religioso; e os leigos, que teriam um *domínio prático* de um conjunto de esquemas de pensamento, adquiridos por familiarização, comuns a todos os membros dos grupos (BOURDIEU, 2005).

O clero e os leigos trabalhariam em conjunto para difusão dos ideais católicos. Os leigos ganhavam maiores espaços de atuação, mas suas ações permaneciam sendo administradas e geridas por *corpus* de especialistas das gestões dos bens de salvação, em geral, representados por padres e bispos.

A valorização do leigo era representativa de transformações na Igreja Católica, pois a ênfase na separação simbólica entre os agentes legítimos da Instituição, os sacerdotes detentores do saber religioso e os leigos sempre foi um dos pilares do catolicismo

¹² Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, Capítulo IV: Os Leigos. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html>. Acesso em: 20/08/2019.

(BOURDIEU, 2005). Por mais que essa separação simbólica não tenha deixado de existir, coloca em cena a ideia de que membros da hierarquia e leigos são corresponsáveis pela instituição e, mais, o fato de que estes poderiam gerir atividades religiosas em nome da instituição é algo significativo (muito embora isso não tenha sido colocado plenamente em prática) que, em alguma medida, ecoa em duas narrativas de memória: uma saudosista, que narra esse passado como uma abertura da Igreja à atuação do leigo; e outra mais traumática, que entendo a suposta abertura aos leigos como uma forma de constrangimento à tradicional condição de dominação dos sacerdotes enquanto agentes especializados.

As ordens e congregações religiosas foram as mais atingidas pela crise. Redentoristas, franciscanos, salesianos, carmelitas, todos eles, em alguma medida, foram afetados. Para a Companhia de Jesus, por exemplo, os efeitos ganharam tamanha proporção a ponto de haver uma intervenção direta do papado de João Paulo II, em 1981, através do “comissariamento” da Companhia, isto é, a nomeação de um “delegado pontifício” com autoridade máxima para conduzir o processo de reorganização desse instituto, promovendo mudanças na cúpula administrativa e substituição de vários provinciais. Somente em 1983 os jesuítas puderam reunir uma nova “congregação geral” e eleger um novo Governo Geral (MARTINA, 1997, p. 341-342).

Um exemplo categórico aconteceu com a Província Redentorista do Rio de Janeiro, que sofreu uma redução significativa no número de confrades. Em 1960 eles contavam com um contingente de 162 membros entre padres e irmãos (LEITE, 2003, p. 96), dez anos mais tarde já estavam reduzidos a 92 (WERNET, 1997, p. 51). Anos turbulentos foram vividos pela congregação quando a crise de vocações desencadeou um enfraquecimento das atividades missionárias e a supressão de muitas de suas fundações. Em Congonhas do Campo, o Juvenato de São Clemente e o Juniorato de Santo Afonso cessaram suas atividades em 1964, mas a presença dos redentoristas nessa cidade perdurou até 1975 quando devolveram à Arquidiocese de Mariana a administração da paróquia local e do Santuário do Senhor Bom Jesus. Em 1965 foi a vez do Noviciado de Correia de Almeida fechar suas portas; três anos depois, sob os reflexos financeiros da crise, a Província vendeu suas instalações – abaixo do valor venal do imóvel, segundo consta (WERNET, 1997, p. 12)– findando em definitivo a presença daqueles confrades em Barbacena. Os Junioratos de Santa Terezinha em Três Corações e São José em Três Pontas fecharam simultaneamente em 1968, e o Seminário Maior da Floresta, onde aconteciam os cursos

de Filosofia e Teologia, foi se extenuando até ser transformado, no início dos anos setenta, em uma casa de encontros e retiros¹³. O fechamento de todos os seus seminários reflete a intensidade da crise na Província do Rio de Janeiro e sinaliza os seus reflexos no processo católico de formação sacerdotal.

No Vaticano II, o decreto intitulado *Optatum Totius* foi importante fonte de argumentos para a revisão do modelo católico de formação vigente até então. A partir dele, ficou estabelecido que as instituições católicas de cada país poderiam ter métodos próprios de ensino. Embora houvesse fiscalização, isso afrouxava a europeização do catolicismo nacional e permitia algumas inovações, como consentir “aos seminaristas viver em pequenas comunidades, estudar as ciências sociais e ter mais contato com o laicato” (SERBIN, 2008: 163).

Setores da Igreja Católica, mais engajados no propósito de renovação da instituição, acreditavam viver um momento em que a instituição precisava se modernizar. Assim, o Concílio Vaticano II foi o evento dedicado a oficializar e legitimar tal intento. A formação de um catolicismo mais presente na vida dos fiéis era uma questão central; não obstante, no Concílio, “os párocos, particularmente, receberam pouca atenção. Viram-se entalados entre a tradição e a modernidade. Permaneciam como mediadores entre Deus e os fiéis, mas tinham a obrigação de descer ao nível do povo” (SERBIN, 2008: 163).

Para Serbin (2008), a eminente transformação gerava uma “tremenda incerteza quanto aos papéis do clero e mergulharam os padres católicos de todas as partes em uma das mais profundas crises da história da religião” (p.163). O grande número de padres que deixaram suas atividades, bem como a evasão de seminaristas tinha uma relação direta com a efervescência política da década de 1960. Entretanto, as transformações nas práticas católicas não eram menos importantes; padres atuavam de forma diferente, mas ainda era muito obscuro como essas transformações se dariam. Vejamos o relato do Monsenhor Raul sobre a crise ocorrida na Diocese de Caratinga em meados da década de 1960:

As turmas do meu tempo foram as que mais pegaram essas mudanças completas, muitos padres deixaram o ministério, inclusive da minha turma me parece que mais de 10 deixaram, porque você estuda pra uma coisa e logo depois vêm mudanças tão drásticas. Foi depois do concílio que aconteceu isso, depois do concílio que a gente via muitos leigos pregar à frente da coisa, ai

¹³ PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. *Relato das Crônicas do Início das Casas Redentoristas, mesmo daquelas que já foram supressas*. Juiz de Fora, s/d (texto de circulação interna).

muitos padres pensaram: “O que eu vou fazer mais”, os leigos já fazem tudo, até batizados já fazem, então foi uma crise no mundo inteiro¹⁴.

O poder dos padres foi criticado por jovens estudantes formados no contexto do Vaticano II; muitos deles tiveram muito contato com as ciências sociais e compartilhavam uma visão crítica em relação às formas de poder da Igreja Católica. No final da década de 1960, Ivo Poletto, que mais tarde tornou-se nome importante na CPT¹⁵, afirmou ao seu bispo que era contrário ao celibato, lutaria contra e estava disposto a abandonar o sacerdócio quando não conseguisse mais viver em castidade. Frei Betto, conhecido militante da Igreja Católica, recusou Ordens Sacras de sua instituição, afirmando que o sacramento era o primeiro passo para o poder da Igreja Católica e estava convencido de que o poder tendia a corromper. Além disso, afirmou que “a prioridade não era mais sacramental, e sim evangélica, ele poderia muito bem continuar a evangelizar sem ser ordenado padre” (SERBIN, 2008: 156). Na interpretação de Kenneth Serbin, tudo isso configurava-se como um grande paradoxo e reflexo do momento de crise: jovens seminaristas apresentando publicamente um conjunto de críticas depreciativas à função sacerdotal, ocupação que se preparavam para exercer.

Nesse mesmo contexto, o seminário da Diocese de Caratinga também foi afetado pela crise, cogitando-se, inclusive, encerrar suas atividades. Segundo o editorial da revista *Diretrizes*, baseado numa pesquisa de um historiador de Caratinga-MG, o sumiço de candidatos “trouxe grande decepção aos que se empenharam na obra, apostando numa tendência de crescimento das vocações sacerdotais” (CARDOSO, 2009: 10). Algo similar aconteceu com muitas casas de formação católicas pelo Brasil a fora – quiçá a maioria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1960 foi um contexto histórico de profundos debates políticos e intelectuais em todo mundo. A conjuntura política protagonizada pelos Estados Unidos da América

¹⁴ Monsenhor Raul. Entrevista concedida a Fabrício Roberto Costa Oliveira. Caratinga-MG, janeiro de 2011. Arquivo Digital (60 min.)

¹⁵A CPT é uma organização católica, constituída em meados da década de 1970, que tem atuado em favor da organização e mobilização dos trabalhadores rurais por seus direitos. Destaca-se a luta desse grupo contra a violência para com trabalhadores rurais e o trabalho escravo.

(EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) favorecia um enorme clima de tensão e as manifestações daquele contexto são reflexos que ao mesmo tempo retroalimentaram tal cenário.

A Igreja Católica procurava, na ocasião, discutir suas estratégias e formas de “diálogo com o mundo”, numa conjuntura de intensas manifestações e transformações. Uma das questões que já estava em debate era a dificuldade que a instituição tinha em atender à demanda dos leigos em função de uma limitada presença de sacerdotes.

A carência de sacerdotes era uma questão muito importante mundialmente. Ao tentar solucionar esta questão procurou-se potencializar a presença leiga, paradoxalmente esta iniciativa culminou no desinteresse de jovens em se tornarem sacerdotes, tendo em vista que se os leigos poderiam fazer “quase tudo”, não haveria a mesma relevância simbólica para o padre. Também se tornavam difícil enveredar por uma formação cuja função na Igreja e na sociedade estava em debate.

Nosso trabalho demonstra que havia também grande apreensão dos próprios religiosos e eclesiásticos que já estavam formados, pois a estrutura em que se formaram estava sendo revista. Assim, tornou-se um contexto de insegurança para os padres já estabelecidos e uma incerteza enorme para que novas candidaturas apareçam nos seminários.

A memória dos agentes que viveram este contexto demonstra que foi um período de enorme tensão e mesmo de decepção para aqueles que tanto atuaram na construção e manutenção de seminários para receberem novos candidatos ao sacerdócio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ALBERIGO, Guiseppe. *Breve História do Concílio Vaticano II*. Aparecida, SP: Ed. Santuário, 2006.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964 - 1984)*. 2ª Edição. Bauru, SP: Editora Edusc, 2005.

BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis: Vozes, 1993.

- BERGER, Peter L. *O Dossel do Sagrado*. São Paulo: Editora Paulinas, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Organização de Sérgio Miceli. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CARDOSO, Léssio Lima. Mobon: uma casa que fez história. *Diretrizes: Revista da Diocese de Caratinga*. Ano LI - nº 809 – Fevereiro, 2009.
- CORDEIRO, Janaina Martins. *Diretas em Movimento: A campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso; SOARES, Glauco Ary Dillon. *Visões do Golpe: a memória militar de 1964*. São Paulo: Ediouro, 1994.
- DEBORD, Guy-Ernest. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- GUARNACCIA, Matteo. *Provos: Amsterdam e o nascimento da contracultura*. São Paulo: Conrad, 2004.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 - 1991*. Tradução Marcos Santarrita. 2ª edição. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Apologia da Deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- KURLANSKY, Mark. *1968. O ano que abalou o mundo*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2005.
- LARA, Dom Lelis. Província do Rio de Janeiro. *Intercâmbio*. nº 112, ano XXXIV, 1995.
- LEITE, João Boaventura. *Pequena História do Governo (vice) Provincial Redentorista no Leste Brasileiro*. Juiz de Fora, 2003.
- MARTINA, Giacomo. *História da Igreja: de Lutero a nossos dias*. IV - A era contemporânea. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- MATA, Sérgio da. Religião e modernidade em Ernst Troeltsch. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 20, p. 235-255, 2008.
- SERBIN, Kenneth P.. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2008.
- SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *Do Vaticano II a um Novo Concílio? O olhar de um cristão leigo sobre a Igreja*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- TEIXEIRA, Faustino Luis Couto. *A Gênese das CEBs no Brasil: elementos explicativos*. São Paulo: Edições Paulinas, 1988.
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro – RJ: LTC Editora, 2002.
- WERNET, Augustin. *Os Redentoristas no Brasil*. Vol. III. Aparecida: Santuário, 1997.